

A Educação Permanente na Saúde: *o desafio de mudar a prática no cenário municipal*

Josenildo de Sousa Alves¹, Marluce Maria Araújo Assis¹, Poliana Cardoso Martins², Katiuscya Carneiro Santana¹, Adriano Maia dos Santos².

¹Núcleo de Pesquisa Integrada em Saúde Coletiva (NUPISC) - Universidade Estadual de Feira de Santana.

² Instituto Multidisciplinar em Saúde, Campus Anísio Teixeira (IMS CAT) - Universidade Federal da Bahia.

Contato: alves.josenildo@gmail.com

Palavras-chave: Educação permanente em saúde, Trabalhadores em saúde, Educação, Saúde, Trabalho.

RESUMO

Introdução

A Educação Permanente em Saúde (EPS) consolida-se nos espaços coletivos de discussão para análise da Gestão do Trabalho em Saúde. Seus processos são baseados em práticas institucionalizadas nos serviços de saúde, priorizando os problemas cotidianos das equipes e buscando a transformação das práticas, gerando mudanças no nível organizacional, nas relações entre os sujeitos e na compreensão das subjetividades e complexidade do trabalho em saúde.

Uma formação pautada na legitimação da participação do indivíduo na sociedade, bem como processos educativos que o aproximem do cotidiano do seu trabalho, poderiam propiciar a reflexão sobre as suas próprias práticas. A educação discutida por Freire (2004) representaria uma maneira de intervir no cotidiano, constituindo-se numa forma de habilitar o homem a intervir na realidade. Nessa prerrogativa, Freire (2007) discute que a educação libertadora não apenas supõe co-participação e reciprocidade, mas, acima de tudo, constitui-se num processo significativo que é compartilhado pelos Sujeitos.

O autor rediscute o ser humano, enquanto histórico, um ser finito, inconcluso, por isso um ser ininterruptamente em busca, naturalmente em processo. Sendo assim, ‘a

educação é permanente' na razão que aprender e ensinar fazem parte da existência humana, histórica e social, como dela fazem parte a criação, a invenção, a linguagem, o amor, o ódio, o espanto, o medo, o desejo, a atração pelo risco, a fé, a dúvida, a curiosidade, a magia, a arte, a ciência, a tecnologia. Portanto, o ser humano é um ser programado para aprender, um ser inacabado e que busca incessantemente recriar o mundo em que vive, mesmo que reconheça os seus limites, necessitando assim de processos educativos permanentes que lhes assegurem a reconstrução histórica, inovação e descoberta. Os processos educativos, nesse contexto, necessitam de conteúdos, objetivos, métodos, instrumentos tecnológicos e, não apenas podem, mas devem variar de espaço e tempo.

A educação permanente em saúde apresenta-se como um dispositivo norteador de novas práticas sanitárias, podendo propiciar reflexão crítica, incorporação de novas tecnologias, mudanças no nível organizacional, nas relações entre os sujeitos e na compreensão das subjetividades e complexidade do cotidiano das práticas em saúde. Deve, também, traduzir-se em novas práticas de gestão, mais centradas na corresponsabilidade e no compartilhamento de saberes e práticas.

Para Ceccim (2005), a EPS constitui estratégia fundamental às transformações do trabalho em saúde, para que venha a ser lugar de atuação crítica, reflexiva, propositiva, compromissada e tecnicamente competente, havendo necessidade, no entanto, de descentralizar e disseminar a capacidade pedagógica por dentro do setor. Nesse sentido, como aborda Franco (2007), a idéia seria educar com o objetivo de produzir sujeitos capazes de protagonizar mudanças nos serviços de saúde, bem como afirma Frigotto (2004), a superação do senso comum e a formação da consciência crítica se dão na e pela práxis.

Em 2003, o Ministério da Saúde criou a Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na saúde com o objetivo de induzir a criação de uma política para os trabalhadores do SUS, buscando articular áreas conexas que fariam parte de uma mesma política. Sendo assim, provendo a ordenação da força de trabalho e o desenvolvimento de políticas para formação e educação permanente para os trabalhadores do SUS.

Mesmo assim, os processos de educação permanente encontram-se, ainda, bastante desarticulados da gestão do trabalho na maioria dos estados e municípios,

constatação feita no estudo de Pierantoni e colaboradores (2008). Todavia, existem iniciativas para descentralizar as ações de EPS, como a criação da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNASUS) pelo Ministério da Saúde e o estado da Bahia. A Secretaria Estadual de Saúde da Bahia (SESAB) tem constituído fóruns de discussão sobre a descentralização dos processos de educação permanente articulados com a gestão do trabalho.

O estudo teve como objetivo analisar a Educação Permanente em Saúde (EPS) como estratégia de desenvolvimento dos trabalhadores do SUS inseridos na Estratégia de Saúde da Família (ESF), tomando como recorte um município que se localiza no Sudoeste baiano.

Metodologia

O cenário escolhido para a pesquisa tem uma população estimada para 2009, de cerca de 300.000 habitantes; encontra-se na Gestão Plena do Sistema Municipal, possui uma rede de serviços que conta com uma cobertura de 52% de PSF e também com serviços de média e alta complexidade. A Secretaria Municipal de Saúde conta com alguns dos dispositivos indutores de mudanças nos processos de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, mantendo uma Escola de Formação em Saúde da Família, desenvolvendo parcerias com instituições de ensino superior (IES) na implementação do Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-Saúde). Sua escolha foi feita de forma intencional, pois atendia aos critérios da pesquisa proposta a qual esse recorte faz parte. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo como técnica de coleta de dados a entrevista semi-estruturada. Os sujeitos do estudo foram 14 pessoas: Grupo I (dirigentes - atuam na definição das políticas de Gestão do Trabalho = 4 pessoas); Grupo II (trabalhadores de saúde – alocados na ESF = 5 pessoas) e Grupo III (Informantes-chave = 5 pessoas). O tratamento do material empírico foi orientado pela análise de conteúdo temática das entrevistas e dos documentos com base em Minayo (1999), procurando estabelecer conexões entre os resultados da análise das entrevistas e a análise documental.

Análise e Discussão dos Resultados

Os resultados evidenciam que, no cenário escolhido para a pesquisa, a EPS revela-se como potência a ser explorada na valorização do trabalhador do SUS e como

estratégia de qualificação do seu trabalho, podendo ser o contraponto para qualificar a gestão do cuidado, contudo indicam a necessidade de que os trabalhadores façam parte dessa construção.

A articulação entre o enunciado teórico e os dados empíricos nos instiga ao debate sobre a necessidade de se instaurar processos educativos que desenvolvam o conhecimento e a formação de uma consciência crítica que gere transformações nas práticas profissionais e, sublinearmente, transformem a realidade social.

O estudo apresenta a Ergologia como subsídio a discussão sobre novas formas de gestão do trabalho em saúde, baseando-se na premissa de que todo ser humano, procura recompor, em parte, o meio de trabalho em função do que ele é e do que ele desejaria do universo que o circunda. O trabalho, então, seria um tipo de re-criação permanente, mesmo que sejam estimuladas formas padronizadas do trabalho.

Ainda como dispositivo de uma nova gestão do trabalho, além de procurar qualificar os espaços de cuidado, aprofundando o incremento de tecnologias no processo de trabalho, amplia-se possibilidades de uma co-construção de novos saberes, no sentido de buscar refletir sobre o cuidado no ambiente e no momento da prática, por meio de equipes mais capacitadas para as mudanças.

Considerações Finais

Os desafios que indicam o enfrentamento dos problemas relacionados à EPS situam-se no campo da gestão do cuidado em saúde, que ainda carece de arranjos que potencializem a articulação cotidiana dos processos de aprendizagem e reflexões da prática, em nível individual e coletivo.

Conclui-se que a EPS apresenta-se como dispositivo de uma nova gestão do trabalho, procurando qualificar os espaços de cuidado, ampliando-se possibilidades de uma co-construção de novos saberes e potencializando a valorização do trabalhador. A EPS pode ser vista como uma proposta de ação estratégica e pedagógica que pode promover o desenvolvimento de competências dos trabalhadores para a redefinição do modelo de gestão e atenção à saúde.

REFERÊNCIAS:

CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em saúde: Descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, n.4, p.975-986, 2005.

FRANCO, Túlio. Batista. Produção do Cuidado e produção pedagógica: integração de cenários do sistema de saúde no Brasil. **Interface-Comunic. Saúde, Edu, Botucatu**, v.11, n.23, p.427-438, set/dez 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa**. 30 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 8ªed. Indaiatuba, São Paulo – Villa das Letras, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador: Impasses Teóricos e Práticos. In: MINAYO-GOMEZ, Carlos; FRIGOTTO, Gaudêncio; ARRUDA, Marcos; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 5ª Ed. São Paulo: CORTEZ, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

PIERANTONE, Célia Regina; VARELA, Thereza Cristina; SANTOS, Ruth dos Santos; FRANÇA, Tânia; GARCIA, Ana Cláudia. Gestão do Trabalho e da educação em saúde: recursos humanos em duas décadas do SUS. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 685-704, 2008.

Agradecimentos: Ao CNPq, ao IMS/CAT UFBA, A UEFS e aos Trabalhadores e Gestores do cenário da pesquisa.

Apoio Financeiro: CNPq

Nota: O estudo faz parte do projeto de pesquisa Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Saúde em um Município do Estado da Bahia, financiado pelo CNPq, processo 473356/2008-2, Edital MCT/CNPq 14/2008 - Universal / Edital MCT/CNPq 14/2008 Universal.